

ISSN: 2674-8584 V.08 – N.01 – 2025

DOI: 10.61164/rsv.v8i1.4230

**SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE COLETIVA: CONCEITOS E IMPACTOS NA
SOCIEDADE**

**PUBLIC HEALTH AND COLLECTIVE HEALTH: CONCEPTS AND IMPACTS
ON SOCIETY**

**SALUD PÚBLICA Y SALUD COLECTIVA: CONCEPTOS E IMPACTOS EN LA
SOCIEDAD**

MATEUS HENRIQUE DIAS GUIMARÃES

Recebido: 15/06/2025 – Aceito: 26/06/2025

RESUMO

Introdução: A saúde pública e a saúde coletiva são pilares fundamentais para a organização e o bem-estar de qualquer sociedade. A saúde pública pode ser entendida como o conjunto de políticas e ações sistemáticas destinadas a promover a saúde da população, prevenindo doenças, garantindo o acesso à saúde e promovendo condições de vida mais saudáveis. A saúde coletiva é, portanto, uma ciência social que busca compreender as desigualdades de saúde a partir de uma visão crítica das condições de vida e das relações de poder que estruturam a sociedade. **Objetivo:** O artigo busca analisar e refletir sobre os conceitos de saúde pública e saúde coletiva, abordando suas diferenças e interações. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura com foco em publicações entre 2017 e 2025 nas bases de dados PubMed, Google Scholar, Scielo, utilizando-se os descritores: “pública saúde pública”, “saúde coletiva”, “políticas de saúde”, “promoção da saúde”, “equidade em saúde”, “Assistência Integral à Saúde”. **Resultados:** A saúde pública tem um papel central na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado das doenças crônicas como DPOC, tabagismo, diabetes e hanseníase, condições que representam grandes desafios para a saúde coletiva. **Conclusão:** A integração entre saúde

pública e saúde coletiva é essencial para promover um modelo de cuidado mais humanizado e eficaz, especialmente no contexto das populações mais vulneráveis. A saúde preventiva e educativa são cruciais para garantir que a população tenha acesso a cuidados adequados e a um sistema de saúde mais justo e equitativo.

Palavras-chave: Saúde Pública; Saúde Coletiva; Sociedade; Assistência Integral À Saúde.

ABSTRACT

Introduction: Public health and collective health are fundamental pillars for the organization and well-being of any society. Public health can be understood as the set of policies and systematic actions aimed at promoting population health, preventing diseases, ensuring access to healthcare, and fostering healthier living conditions. Collective health, therefore, is a social science that seeks to understand health inequalities through a critical view of living conditions and the power relations that shape society. **Objective:** This article aims to analyze and reflect on the concepts of public health and collective health, addressing their differences and interactions. **Methodology:** This is a literature review focusing on publications from 2017 to 2025 in the PubMed, Google Scholar, and SciELO databases, using the following descriptors: “public health”, “collective health”, “health policies”, “health promotion”, “health equity”, and “comprehensive healthcare.” **Results:** Public health plays a central role in the prevention, early diagnosis, and adequate treatment of chronic diseases such as COPD, smoking, diabetes, and leprosy—conditions that pose major challenges for collective health. **Conclusion:** The integration between public health and collective health is essential to promote a more humanized and effective model of care, especially in the context of vulnerable populations. Preventive and educational health strategies are crucial to ensure that the population has access to appropriate care and to a fairer and more equitable health system.

Keywords: Public Health; Collective Health; Society; Comprehensive Healthcare.

RESUMEN

Introducción: La salud pública y la salud colectiva son pilares fundamentales para la organización y el bienestar de cualquier sociedad. La salud pública puede entenderse como el conjunto de políticas y acciones sistemáticas destinadas a promover la salud de la población, prevenir enfermedades, garantizar el acceso a la atención sanitaria y fomentar condiciones de vida más saludables. La salud

colectiva, por su parte, es una ciencia social que busca comprender las desigualdades en salud desde una perspectiva crítica de las condiciones de vida y de las relaciones de poder que estructuran la sociedad. **Objetivo:** El artículo tiene como objetivo analizar y reflexionar sobre los conceptos de salud pública y salud colectiva, abordando sus diferencias e interacciones. **Metodología:** Se trata de una revisión de literatura centrada en publicaciones entre los años 2017 y 2025, en las bases de datos PubMed, Google Scholar y Scielo, utilizando los siguientes descriptores: “salud pública”, “salud colectiva”, “políticas de salud”, “promoción de la salud”, “equidad en salud” y “atención integral a la salud”. **Resultados:** La salud pública desempeña un papel central en la prevención, el diagnóstico precoz y el tratamiento adecuado de enfermedades crónicas como la EPOC, el tabaquismo, la diabetes y la lepra, condiciones que representan grandes desafíos para la salud colectiva. **Conclusión:** La integración entre salud pública y salud colectiva es esencial para promover un modelo de atención más humanizado y eficaz, especialmente en el contexto de las poblaciones más vulnerables. Las estrategias preventivas y educativas en salud son cruciales para garantizar que la población tenga acceso a una atención adecuada y a un sistema de salud más justo y equitativo.

Palabras clave: Salud Pública; Salud Colectiva; Sociedad; Atención Integral a la Salud.

INTRODUÇÃO

A saúde pública e a saúde coletiva são pilares fundamentais para a organização e o bem-estar de qualquer sociedade. No entanto, os conceitos que envolvem essas duas áreas transcendem as simples ações de assistência médica e adentram os domínios mais amplos da organização social, da equidade, e do direito universal à saúde. Embora frequentemente usadas de forma intercambiável, elas possuem nuances que merecem uma reflexão crítica e aprofundada (Silva; Schraiber; Mota, 2019)

A saúde pública pode ser entendida como o conjunto de políticas e ações sistemáticas destinadas a promover a saúde da população, prevenindo doenças, garantindo o acesso à saúde e promovendo condições de vida mais saudáveis. Ela é um campo de atuação que envolve governos, instituições e indivíduos, cuja função primordial é criar um ambiente de saúde que seja acessível e eficaz para

todos, independentemente de classe social, etnia ou condição geográfica (PEREIRA *et al*, 2024).

A saúde coletiva se revela como uma abordagem mais abrangente e inclusiva. Ela não se limita apenas a medidas sanitárias ou assistenciais, mas abrange também as dimensões culturais, sociais e econômicas que impactam a saúde da população. A saúde coletiva é, portanto, uma ciência social que busca compreender as desigualdades de saúde a partir de uma visão crítica das condições de vida e das relações de poder que estruturam a sociedade. Ela se baseia na ideia de que o processo de saúde-doença é intrinsecamente relacionado às condições sociais e que a promoção da saúde requer um compromisso com a justiça social e a equidade (Guimarães, 2025).

Ambos os campos, saúde pública e saúde coletiva, lidam com a saúde não apenas como um bem individual, mas como um bem coletivo, uma responsabilidade compartilhada que deve ser constantemente alimentada por políticas públicas eficientes, educação em saúde e a participação ativa da sociedade. A relevância desses campos se intensifica ao observarmos os desafios contemporâneos que colocam à prova a sustentabilidade e a equidade dos sistemas de saúde, como as pandemias, as mudanças climáticas, as desigualdades sociais e as novas formas de vulnerabilidade (PEREIRA *et al*, 2024).

Neste artigo, busca-se analisar os conceitos de saúde pública e saúde coletiva com a profundidade teórica necessária para compreender as suas aplicações na sociedade atual. A partir de uma perspectiva crítica, será discutido como essas duas áreas se entrelaçam na promoção de um sistema de saúde mais inclusivo, eficiente e sensível às necessidades das populações mais vulneráveis. O objetivo é, portanto, ir além da simples exposição das definições e refletir sobre suas implicações práticas, as políticas públicas necessárias e os desafios que emergem quando se tenta garantir o direito universal à saúde de forma equitativa.

Ao desbravarmos essas questões, o leitor será convidado a refletir sobre o papel de cada um de nós, enquanto sociedade, na construção de um sistema de saúde que vá além da cura de doenças, mas que promova verdadeiramente a saúde como um direito coletivo, acessível e humanizado.

O artigo busca analisar e refletir sobre os conceitos de saúde pública e saúde coletiva, abordando suas diferenças e interações. O propósito é destacar como essas áreas vão além da simples assistência médica, incorporando aspectos sociais, culturais, econômicos e de equidade.

METODOLOGIA

Esta revisão de literatura tem como objetivo analisar a produção acadêmica recente nas áreas de saúde pública e saúde coletiva, com foco em publicações entre 2017 e 2025 nas bases de dados PubMed, Google Scholar, Scielo, utilizando-se os descritores: “pública saúde pública”, “saúde coletiva”, “políticas de saúde”, “promoção da saúde”, “equidade em saúde”, “Assistência Integral à Saúde”

A busca foi realizada em três idiomas (português, inglês e espanhol) para garantir uma abordagem abrangente da produção científica

Critérios de Inclusão e Exclusão

- Artigos e livros publicados entre 2017 e 2025.
- Publicações Recentes (2017-2025): Foram incluídos apenas estudos e publicações lançados entre os anos de 2017 e 2025, com o objetivo de capturar as tendências e avanços mais recentes na área de saúde pública e saúde coletiva.
- Pesquisas Revisadas por Pares (Peer-Reviewed): A inclusão foi restrita a artigos e livros que passaram por um processo de revisão por pares, garantindo a qualidade científica e a credibilidade das fontes selecionadas.

- Relevância Temática: Apenas publicações que abordam diretamente temas dentro do escopo de saúde pública e saúde coletiva, incluindo áreas como políticas de saúde, promoção da saúde, vigilância sanitária, equidade em saúde, e sistemas de saúde, foram consideradas. Estudos que discutem práticas, desafios e inovações dentro desses campos foram priorizados.

Critérios de Exclusão

- Publicações anteriores a 2017: Estudos publicados antes do período estipulado não foram considerados, a fim de garantir a análise das produções mais recentes.
- Fontes não revisadas por pares: Estudos que não passaram por um processo de revisão por pares, como artigos de opinião, resenhas ou publicações de periódicos de baixo impacto, foram excluídos para garantir a qualidade e credibilidade da análise.
- Estudos não relacionados ao tema principal: Apenas os artigos que abordam diretamente temas de saúde pública e saúde coletiva foram incluídos. Publicações que, apesar de relacionadas ao campo da saúde, não abordassem diretamente esses campos, foram excluídas da análise.
- Trabalhos não acessíveis: Estudos que não estavam disponíveis em formato completo, ou seja, que não podiam ser acessados para leitura e análise, foram excluídos.

Análise

Foi utilizado os buscadores booleanos ao realizar pesquisas em bases de dados acadêmicas. Elas usam operadores lógicos, como AND, OR e NOT, para criar consultas mais específicas.

A busca inicial gerou 303 estudos. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, os seguintes artigos foram descartados:

- 112 por estarem fora do período (antes de 2017)
- 54 por não serem revisados por pares
- 87 por não abordarem diretamente saúde pública ou saúde coletiva
- 27 por não serem acessíveis

Após essas exclusões, restaram 23 estudos para análise final, representando as publicações mais relevantes e atualizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto do modelo de cuidado integrado em saúde mental comunitária, as áreas de saúde pública e saúde coletiva desempenham papéis complementares essenciais. A saúde pública garante o acesso universal e a promoção de políticas públicas adequadas, enquanto a saúde coletiva enfoca a equidade, a participação social e o enfrentamento das desigualdades sociais. O cuidado integrado é um modelo que, ao reduzir o estigma e melhorar o acesso aos serviços de saúde, promove um tratamento mais humanizado e acessível, especialmente em comunidades vulneráveis (Silva *et al*, 2024).

É adotada uma abordagem interdisciplinar e comunitária, essencial para atender as múltiplas dimensões da saúde mental, envolvendo não só os profissionais de saúde, mas também as famílias e as comunidades no processo de recuperação e reintegração social. Assim, o cuidado integrado reflete os princípios da saúde coletiva ao integrar os serviços de saúde com outras áreas, como a assistência social, e atua de maneira abrangente, considerando o contexto social e cultural dos indivíduos (Silva *et al*, 2024).

No contexto da gestão participativa na saúde coletiva, a implementação de políticas públicas locais busca garantir que as decisões sobre a saúde sejam tomadas de forma inclusiva e democrática, com a participação ativa da comunidade. A saúde coletiva, ao promover a integração entre os serviços de saúde e as necessidades locais, considera os aspectos sociais, econômicos e

culturais das populações, garantindo que as políticas sejam mais adequadas e eficientes (PEREIRA *et al*, 2024).

A gestão participativa envolve gestores, profissionais de saúde e a população no processo de planejamento e execução das políticas, o que fortalece a responsabilidade compartilhada e aumenta a legitimidade das ações. Esse modelo de gestão busca superar as desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, tornando-os mais sensíveis às demandas locais e contribuindo para uma saúde mais equitativa e eficaz (Guimarães, 2024)

A saúde coletiva desempenha um papel fundamental na atenção primária à saúde e na assistência às doenças crônicas da população negra, especialmente ao abordar as desigualdades estruturais que afetam o acesso e a qualidade do atendimento. Historicamente, esse grupo enfrenta barreiras sociais, econômicas e raciais que resultam em maiores índices de morbidade e mortalidade em comparação a outras populações, particularmente em doenças crônicas como diabetes e hipertensão. A saúde coletiva, ao adotar uma abordagem integrada e interdisciplinar, visa promover políticas de saúde pública que priorizem a prevenção e o acompanhamento contínuo desses indivíduos, com foco na equidade no cuidado. Para ser efetiva, é necessário que as práticas de saúde considerem as especificidades culturais e sociais da população negra, garantindo um atendimento mais inclusivo, humanizado e acessível, além de combater as desigualdades históricas no acesso à saúde (Lopez *et al*, 2025)

A saúde pública tem um papel central na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado das doenças crônicas como DPOC, tabagismo, diabetes e hanseníase, condições que representam grandes desafios para a saúde coletiva. No caso do tabagismo, por exemplo, campanhas educativas e políticas de controle do tabaco são essenciais para reduzir os fatores de risco associados à DPOC e outras doenças respiratórias (BARBOSA *et al*, 2017; Guimarães, 2025)

O diabetes demanda uma atuação contínua de monitoramento e educação em saúde para garantir a adesão ao tratamento e evitar complicações. Já a hanseníase, embora controlável, ainda exige esforços para a redução do estigma e o acesso universal ao tratamento nas populações mais vulneráveis. A saúde pública, por meio de políticas públicas eficazes, estratégias de prevenção primária e atenção básica, busca reduzir a morbidade e a mortalidade associadas a essas doenças, promovendo um modelo de cuidado mais integrado e acessível para toda a população, especialmente nas comunidades em situação de vulnerabilidade social (Guimarães, 2017; Guimarães 2024; Guimarães, 2025).

É destaca a importância de adotarmos abordagens integradas nos campos citados, que sejam culturalmente sensíveis, territoriais e colaborativas, para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir ações mais eficazes e sustentáveis. Deve-se valorizar a diversidade de saberes, a articulação entre diferentes setores do poder público e a participação ativa da comunidade são essenciais para a construção de políticas públicas em saúde que promovam a equidade, a resolutividade e a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro. Reforça-se que a promoção da saúde não se reduz apenas à ausência de doenças, mas engloba o bem-estar físico, mental, social e cultural, sendo um elemento estruturante para a saúde coletiva no país (Guimarães *et al*, 2025).

Nos campos da saúde, não pode ser deixado de falar a entre os determinantes de saúde e o impacto do espaço urbano na saúde pública, mas poderia ser mais específico ao tratar de fatores ambientais, como poluição do ar, acesso à água potável, infraestrutura urbana e falta de áreas verdes. Além disso, seria relevante destacar as disparidades socioeconômicas nas áreas urbanas, especialmente nas periferias, onde as condições de vida são mais precárias e o acesso à saúde é limitado. Uma análise mais detalhada sobre como a segregação urbana contribui para problemas de saúde também enriqueceria o texto. Por fim, seria interessante incluir referências a estratégias urbanísticas e

políticas públicas, como o planejamento urbano sustentável e a promoção da mobilidade ativa, para criar ambientes urbanos mais saudáveis e inclusivos (Guimarães, 2025).

A integração de práticas educativas nos processos de ensino-aprendizagem, no contexto da saúde pública e saúde coletiva, pode ser uma ferramenta poderosa para a promoção da saúde e a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa. A educação, ao ser utilizada como estratégia, pode contribuir significativamente para capacitar profissionais de saúde, sensibilizar a população sobre questões de saúde e reforçar a participação comunitária (Guimarães, Teles, Menezes, 2024; Agostinho-Neto, 2025).

A atuação da saúde pública no Brasil é regida por políticas públicas que buscam a promoção da saúde e a prevenção de doenças, muitas vezes implementadas através de programas como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Programa Saúde da Família (PSF) e a Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Essas iniciativas visam garantir que a população tenha acesso a cuidados preventivos e de baixa complexidade, além de buscar reduzir as inequidades regionais e sociais no acesso ao cuidado (Sousa; Fernandes, 2020).

As políticas públicas de saúde pública também desempenham um papel importante na educação em saúde, na promoção de hábitos saudáveis e no combate a fatores de risco para doenças crônicas, como o tabagismo, o sedentarismo e a obesidade. Isso é feito por meio de campanhas educativas, como as voltadas para o combate ao uso do cigarro ou a promoção de atividades físicas e alimentação saudável (Torres *et al*, 2020)

A saúde coletiva no Brasil, por sua vez, se caracteriza por uma visão interdisciplinar e comunitária da saúde, considerando não apenas os aspectos biomédicos, mas também os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos

que influenciam a saúde da população. A saúde coletiva é uma área de pesquisa, prática e intervenção que busca compreender os determinantes sociais da saúde e promover a participação ativa das comunidades na construção de políticas e estratégias de saúde (Barata, 2022).

Essa abordagem é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que considerem as necessidades locais e as particularidades culturais de diferentes grupos sociais, incluindo populações mais vulneráveis, como indígenas, negros, populações rurais, moradores de favelas e pessoas em situação de vulnerabilidade social. A participação social é um pilar da saúde coletiva, e o modelo de gestão participativa busca garantir que as comunidades tenham voz ativa nas decisões relacionadas à saúde e aos cuidados que recebem. Isso se traduz em processos de gestão compartilhada nas unidades de saúde, ouvidorias de saúde e conselhos de saúde, onde as decisões sobre a política de saúde são discutidas e estabelecidas de forma democrática (Torres *et al*, 2020).

As políticas públicas em saúde no Brasil têm avançado na implementação de ações de saúde preventiva, como o controle de doenças transmissíveis e crônicas, campanhas de vacinação e o acompanhamento da saúde da família. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis em relação à desigualdade no acesso aos serviços de saúde. Em muitas regiões, especialmente nas mais periféricas, o acesso aos serviços de saúde é limitado e desigual, e a qualidade do atendimento pode variar significativamente de acordo com a localização geográfica, classe social e etnia da população (Coelho *et al*, 2023).

A convergência entre saúde pública e saúde coletiva é fundamental para promover um cuidado integral e sustentável no Brasil. Ambos os campos se complementam ao reconhecer que a saúde vai além do atendimento médico, envolvendo também questões como acesso à educação, alimentação, saneamento básico e condições de trabalho. A saúde coletiva, ao focar nos

determinantes sociais da saúde, contribui para a construção de estratégias públicas mais inclusivas, enquanto a saúde pública garante a universalização do acesso aos serviços e políticas de saúde (Vieira, 2023).

CONCLUSÃO

A integração entre saúde pública e saúde coletiva é essencial para promover um modelo de cuidado mais humanizado e eficaz, especialmente no contexto das populações mais vulneráveis. A saúde pública assegura o acesso universal e a implementação de políticas públicas, enquanto a saúde coletiva foca na equidade, participação social e enfrentamento das desigualdades estruturais. Ao considerar fatores sociais, econômicos e culturais nas políticas de saúde, essas duas áreas contribuem para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e adaptado às necessidades locais, garantindo um cuidado integral que vai além do tratamento médico e engloba aspectos sociais e culturais essenciais para o bem-estar da população.

Embora o Brasil tenha avançado em várias áreas, ainda existem desafios consideráveis, como a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, principalmente nas regiões periféricas e nas populações em situação de vulnerabilidade. As disparidades socioeconômicas e a segregação urbana continuam a limitar a eficácia das políticas de saúde, tornando essencial que a saúde pública e a saúde coletiva trabalhem juntas para enfrentar essas barreiras. A implementação de práticas de gestão participativa e a promoção de estratégias de saúde preventiva e educativa são cruciais para garantir que a população tenha acesso a cuidados adequados e a um sistema de saúde mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO NETO, João et al. O ensino da saúde coletiva no Brasil: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 281-297, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E624> Acesso em: 24 abril 2025.

BARATA, Rita Barradas. O campo científico da saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 473-486, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213316> Acesso em: 24 abril 2025.

BARBOSA, Ana Teresa Fernandes et al. Fatores associados à doença pulmonar obstrutiva crônica em idosos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 63-73, 2017.

DA SILVA, Amanda Barbosa et al. MENTAL HEALTH IN THE COMMUNITY: THE IMPORTANCE OF INTEGRATED CARE. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 9142–9149, 2024. DOI: [10.56238/arev6n3-285](https://doi.org/10.56238/arev6n3-285). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1548>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DIAS GUIMARÃES, M. H. ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O TABAGISMO EM PACIENTES COM DPOC NA APS. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1–10, 2025. DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3879. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3879>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DIAS GUIMARÃES, M. H. DESLOCAMENTO PREMATURO DE PLACENTA E A CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO E EQUIPE DE ENFERMAGEM. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2024. DOI: 10.61164/rmnm.v1i1.2049. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2049>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DIAS GUIMARÃES, M. H. PROPOSTA DE DIRETRIZ PARA MANEJO DA DOR EM PACIENTES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO PAPEL DO ENFERMEIRO. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2024. DOI: 10.61164/rmnm.v1i1.2108. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2108>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DIAS GUIMARÃES, M. H. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ENFERMEIRO EM UNIDADE DE HEMODIÁLISE NO INTERIOR DE SERGIPE. **Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza**, [S. l.], v. 12, 2023. DOI: 10.51249/easn12.2023.1129. Disponível em: <https://periodicojs.com.br/index.php/easn/article/view/1129>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DIAS GUIMARÃES, Mateus Henrique. **Implementação da vacinação contra covid-19 no Brasil: uma análise da comunicação de saúde através de notícias no portal do Ministério da Saúde**. 2023. Tese de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.uneatlantico.es/id/eprint/7685/> Acesso: 24 jun. 2025

DOS SANTOS FILHO, Manoel Borges et al. Acolhimento E Cuidados Em Saúde Mental Na Atenção Primária: Impactos No Sistema De Saúde. **Cognitus Interdisciplinary Journal**, v. 2, n. 1, p. 207-216, 2025. Disponível em: <https://ojs.editoracognitus.com.br/index.php/revista/article/view/36> Acesso em: 24 jun. 2025.

GOMES-MEDEIROS, Débora et al. Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 7, p. e00242618, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00242618>

GUIMARÃES, Lucas Dias; TELES, Perolina Souza; MENEZES, José Américo Santos. A inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas de Aracaju/SE: desafios e possibilidades. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 17, n. 36, p. e22163, 2024. DOI: 10.20952/revtee.v17i36.22163. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/22163> . Acesso em: 24 jun. 2025.

GUIMARÃES, M. H. D. Desafios no diagnóstico e na adesão ao tratamento da hanseníase no contexto da saúde pública brasileira. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. e17846, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.5-203. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17846> . Acesso em: 24 jun. 2025.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias et al. PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NO CONTEXTO DA SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE SAÚDE. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 7, 2025. DOI: [10.36692/V17N2-59R](https://doi.org/10.36692/V17N2-59R). Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2860>.. Acesso em: 24 jun. 2025.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. DETERMINANTES DE SAÚDE: COMO O ESPAÇO URBANO AFETA A SAÚDE PÚBLICA. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. e1918, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n3-26-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1918> . Acesso em: 24 jun. 2025.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. **Implementação da Vacinação contra COVID-19 no Brasil**. 1. ed. Joinville: Clube de Autores, 2023. ISBN 9786500756418. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/implementacao-da-vacinacao-contra-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. NANDA e NIC Aplicada ao Paciente Portador de Diabetes Mellitus. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento ISSN**, v. 2448, p. 0959.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. **Doença de Alzheimer: Papel do Enfermeiro como Promotor de Saúde**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 06, Vol. 03, pp. 78-88, Junho de 2018. ISSN:2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/doenca-de-alzheimer>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/doenca-de-alzheimer Acesso em: 24 jun. 2025.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. **NANDA e NIC Aplicada ao Paciente Portador de Diabetes Mellitus**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 15. pp 44-53, Fevereiro de 2017. ISSN:2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/diabetes-mellitus>, DOI:

10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/diabetes-mellitus Acesso em: 24 jun. 2025.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias. **Tuberculose: Uma Reflexão Sobre o Papel do Enfermeiro na Saúde Pública**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 15. pp 54-62., fevereiro de 2017. ISSN: 2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/tuberculose>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/tuberculose Acesso em: 24 jun. 2025.

HENRIQUE DIAS GUIMARÃES, M. . THE NURSE AND THEIR ROLE IN HEALTH SITUATION ANALYSIS. **Health and Society**, [S. l.], v. 3, n. 06, p. 218–226, 2023. DOI: 10.51249/hs.v3i06.1764. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/hs/article/view/1764> . Acesso em: 24 jun. 2025.

HENRIQUE DIAS GUIMARÃES, M.; CROCOLI BALBINOT, T.; SILVEIRA SANTIAGO, Áthila; FERREIRA SOUTO MAIOR, F.; PERNAMBUCO MATOS, T.; CALZI ROLDI, A.; PEREIRA DE OLIVEIRA, O.; GOMES DE OLIVEIRA, B.; MARCELLY DE SOUZA NAHUM, A.; KATIELLE PEREIRA SILVA, R. Gestão Participativa na Saúde Coletiva: Caminhos para a Efetivação de Políticas Públicas Locais. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1495–1503, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n2p1495-1503. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5203> . Acesso em: 24 jun. 2025.

LOPEZ, Andrés Santiago Quizhpi; LOPATIUK, Carla Emanuele; LAZZARI, Fernanda Deitos; RODRIGUES, Karlla Jeannes Sousa; GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias; LIMA, Andressa Barreto; LOPATIUK, Carlos; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa. CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA ÀS DOENÇAS CRÔNICAS DA POPULAÇÃO NEGRA. **LUMEN E VIRTUS**, [S. l.], v. 46, pág. 2540–2552, 2025. DOI: [10.56238/levv16n46-065](https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/3962) . Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/3962> . Acesso em: 24 jun. 2025.

MENDES, Áquilas et al. A contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 841-860, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170748>

PAZ, Maria José Santos; GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias; SILVA, Renata Roberta Dantas. **Tratamento Quimioterápico no Osteossarcoma e Cuidados de Enfermagem no Câncer Infantil: Uma Revisão**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 15. pp 63-78., fevereiro de 2017. ISSN: 2448-095. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/enfermagem-no-cancer-infantil>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/enfermagem-no-cancer-infantil Acesso em: 24 jun. 2025.

RORIZ, Fernanda Aguiar Silvestre et al. PUBLIC HEALTH IN THE DAILY LIFE OF PRIMARY CARE: PRACTICES, KNOWLEDGE AND CHALLENGES. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 31036–31046, 2025. DOI: [10.56238/arev7n6-114](https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5779). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5779>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA, Marcelo José de Souza; SCHRAIBER, Lilia Blima; MOTA, André. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 29, p. e290102, 2019. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290102> Acesso em: 24 abril 2025.

SOUSA, Camila; FENANDES, Violeta Campolina. Aspectos históricos da saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 12, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290102> Acesso em: 24 abril 2025.

TORRES, Kellem Raquel Brandão de Oliveira et al. Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 30, n. 01, p. e300113, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300113> Acesso em: 24 abril 2025.

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. Subcampos e espaços na Saúde Coletiva: fronteiras e integração. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. e220380, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.220380> Acesso em: 24 abril 2025.